TL 3913

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

U. E.
União de Esquerda para a Democracia Socialista

MENCIONE-SE, PUBLIQUE-SE
E EXPEÇA-SE
31, Jan, 84

REQUERIMENTO

Requerimento n.º 1248/I Leg.)º-Sec

Exmo Senhor Presidente da Assembleia da República

Ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis solicito ao Governo as seguintes informações:

1-.Ao iniciar-se mais uma reunião, a 40º, da COMISSÃO DOS DIREITOS DO HOMEM da ONU, em Genêve no próximo dia 6 de Fevereiro, pretende-se saber se o Governo definiu já uma estratégia actuante para a citada reunião, tendo em conta a necessidade de exercer pressão sobre os membros daquela Comissão para que a questão de TIMOR-LESTE seja tida em conta, como recomenda a Resolução da Sub-Comissão da Luta contra as Medidas Discriminatórias e da Protecção das Minorias, aprovada na sua 36º sessão e na sequência do disposto no artigo 276º da Constituição onde se afirma que o Governo é co-responsável no processo que leve o povo de Timor-Leste a exercer o seu direito à auto-determinação e independência.

2-. Pretende-se igualmente saber se tem fundamento a noticia do semanário o "Expresso" de 14 de janeiro que atribuia ao assessor diplomático do Gabinete de S. Excia o senhor Primeiro-Ministro a afirmação, aquando de uma audiência com um representante do congressista norte-americano Tony Hall, de que o problema de Timor-Leste seria mais da respnsabilidade de S.Excia o senhor Presidente da República que do Governo. Isto porque tal declaração - a ser verdadeira - contraria o disposto no artigo 276º da Constituição e pode ter implicita a renuncia do Governo de assumir uma atitude decidida em face que questão de Timor Leste.

3-.Tendo em conta que a questão de Timor-Leste está agendada para a próxima Assembleia Geral da ONU (setembro-dezembro de 1984) onde será apreciado o relatório do Secretário Geral elaborado nos termos da parte operativa da Resolução 37/30 aprovada na Assembleia Geral de 1982, pergunta-se ao Governo se definiu uma estratégia para, cumprindo a Constituição, dar sequência à citada Resolução.

4-. Solicita-se ainda ao Governo sobre qual a sequência dada ao requerimento dos refugiados timorenses que sendo funcionários publicos pediram à Secretaria de Estado da Administração Pública que lhes fossem pagos vencimentos retroactivos

01

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

E.

...ão de Esquerda para a Democracia Socialista

...de de 1 de agosto de 1975 e a integração no Quadro Geral de Adidos.

5-. No que respeita à situação de alojamento dos refugiados vivendo no ...le do Jamor/Quinta do Balteiro, pergunta-se ao Governo se tomou ou pensa tomar ...lidas de fundo para pôr termo ou aliviar a situação deshumana em que estes são ...rigados a viver e cuja trágica situação se viu ainda mais agravada com as úl- ...mas cheias.

6-. Solicita-se ainda ao Governo que esclareça quais os critários e formas ...ncretas de atribuição de subsidios aos refugiados timorenses.

7-. Finalmente pergunta-se ao Governo se tenciona tomar alguma iniciativa ...sentido da defesa da cultura maubere entre os refugiados, nomeadamente ...anto ao acesso das crianças timorenses vivendo em Portugal à lingua Tetum.

O Deputado da UEDS

(Antônio Lopes Cardoso)

...lácio de S. Bento 31 de janeiro de 1984